

16 JUN 1985

# Visão da semana: em busca de definições (conclui)

O noticiário econômico dos últimos dias concentrou-se basicamente sobre as reações à atual indefinição da política econômica. Tornou-se evidente que persistem pressões, no próprio governo, favoráveis à manutenção de elevados dispêndios das estatais. Por outro lado, isso vem dificultando o delineamento de uma ofensiva mais pronunciada contra a inflação e, consequentemente, contra a alta dos juros. Nesse contexto, as dificuldades naturais de negociação da dívida externa com o FMI e os bancos credores não deixaram de sugerir para alguns, adicionalmente, a provável existência de um impasse, o qual não se configura em termos práticos até agora.

Na realidade, é necessário que sejam dissipadas as confusões derivadas de uma incorreta caracterização das alternativas que se apresentam para a condução da política econômica. É viável conciliar, ao mesmo tempo, uma estratégia de redução do déficit público e das taxas de juro, sendo essa, aliás, a opção mais eficaz. Falta, entretanto, um pulso firme para a concretização da referida estratégia, suscetível de infundir um pouco mais de confiança às classes produtivas. De parte dos empresários, por exemplo, tem sido evidente a apreensão quanto à política de curto prazo, notadamente na área de preços, entre outras, para não citar os juros mantidos em níveis elevados por causa do financiamento do déficit público.

Na semana passada, o governo começou a permitir o reajuste de alguns preços industriais, ao mesmo tempo em que iniciou a colocação de seus estoques de produtos agrícolas a preços subsidiados para conter a inflação. No caso da indústria automobilística, a reação empresarial à política de reajustes foi amplamente negativa. A já vista que o setor tem arcado até com a falta de peças, após uma fase de greves e de reajustes salariais. Em relação às tarifas do setor público, as autoridades decidiram promover reajustes mensais nos serviços de correio, telefonia e energia elétrica.

Um reajuste que ainda não foi anunciado, quando deveria ter sido comunicado há pelo menos duas semanas, é o das prestações da casa própria. O governo reconheceu o caráter político da decisão, mas não foi capaz até agora de posicionar-se firmemente a respeito. Aqui, não parece haver necessidade de se ganhar tempo, contrariamente ao que ocorre nas negociações sobre a dívida externa. Neste último caso, voltaram a circular versões sobre um pretenso rompimento com o FMI, as quais se revelaram infundadas por completo. Mesmo porque tem sido possível trabalhar em bases mais realistas, o que não significa necessariamente um apressamento do processo. Mais cedo ou mais tarde chegar-se-á a uma solução definitiva, a qual depende da filosofia que o FMI pretende imprimir, entre a im-

posição de critérios rígidos e a devolução flexibilidade que permita um mínimo de crescimento econômico.

No setor agrícola, o governo ganhou também nova fonte de preocupações. Por um lado, definiu uma colocação de estoques de difícil eficiácia, pois pode amenizar pressões altistas de curíssimo prazo, mas não elimina riscos de escassez de oferta mais adiante.

Com relação à soja, apesar das medidas de apoio financeiro decretadas na semana passada, o setor ainda não registrou uma reação de preços (mesmo porque os parâmetros do mercado não se alteraram fundamentalmente), o que agrava a situação dos produtores, pelo menos a curto prazo. No entanto, parece evidente que as autoridades não dispõem de outras alternativas para auxiliá-los no momento.

Quanto ao café, e apesar do frio, tampouco se verificou uma definição mais favorável do mercado, que aguarda a política de safra do IBC. Note-se que a colheita já foi iniciada, sem que o novo preço de garantia tenha sido anunciado, bem como as condições de financiamento à comercialização. Para o trigo, a segunda rodada de debates na Câmara dos Deputados também não trouxe definições sobre a questão do subsídio. Como se nota, ainda falta agilidade à política econômica da Nova República.